

Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016

1 Contexto operacional

A Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga (“Companhia” ou “Loga”), situada à Avenida Marechal Mario Guedes, 221- Jaguaré - Município de São Paulo - SP, é concessionária pública dos serviços divisíveis de limpeza urbana do setor denominado noroeste na cidade de São Paulo, em conformidade com o contrato nº 027/SSO/2004, firmado em 6 de outubro de 2004, com duração de 20 anos prorrogáveis por até 20 anos adicionais, o qual foi iniciado em 13 de outubro de 2004.

A Loga é uma sociedade anônima de capital fechado, tendo como acionistas a Vega Valorização de Resíduos S.A. (“VVR”), detentora de 62,347% das ações, a Estre Coleta Holding S.A., detentora de 34% das ações, e a Estre Ambiental S.A., detentora de 3,653% das ações (“Grupo Estre”).

A VVR é acionista da Companhia desde 3 de outubro de 2011 quando a sua então controladora, Vega Engenharia Ambiental S.A., realizou uma cisão parcial de seu acervo líquido viabilizando a transferência da totalidade do investimento por ela detido na Loga, bem como de determinados passivos e ativos, para a VVR, Companhia constituída pelo Grupo Solví com objetivo específico de participar do capital de outras Companhias. Conforme requerido pelo contrato de concessão, a transferência do controle da Companhia foi devidamente autorizada pela Secretaria Municipal de Serviços da Prefeitura do Município de São Paulo - SP (Poder Concedente), conforme ofício datado de 11 de julho de 2011.

Igualmente, o Grupo Estre é acionista da Companhia desde 3 de outubro de 2011 por compra das ações da Cavo Serviços e Meio Ambiente S.A.. Conforme requerido pelo contrato de concessão, a transferência do controle da Companhia foi devidamente autorizada pela Secretaria Municipal de Serviços da Prefeitura Municipal de São Paulo - SP (Poder Concedente), conforme ofício datado de 11 de julho de 2011.

Reequilíbrio quinquenal

A Manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão é dever da Administração Pública, antes mesmo de ser direito do contratado. Justifica-se, como princípio, pelo fato de revelar-se vantajosa para a Administração Pública, no reconhecimento de que contratos bem equilibrados tendem a atingir melhor a finalidade a que se destinam. Além de favorecer ao princípio da modicidade tarifária, uma vez que a garantia de equilíbrio propicia tarifas livres de majorações por riscos não contingenciados.

Conforme a cláusula 15.14, a AMLURB (Autoridade Municipal de Limpeza Urbana) procederá a uma revisão ordinária das tarifas praticadas e de sua fidelidade à equação econômico-financeira inicial do Contrato a cada 5 (cinco) anos da concessão, durante a qual a concessionária e a AMLURB poderão evocar todos os eventos que considerar determinantes de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

Em 26 de dezembro de 2012, foi concluído o primeiro reequilíbrio ordinário quinquenal referente ao período de 2004 a 2009. Entretanto, vale ressaltar que o contrato foi apenas parcialmente reequilibrado, pois conforme descrito no próprio Termo de Compromisso Ambiental (“TCA”) assinado, o Poder Concedente reconheceu alguns eventos ocorridos entre os anos de 2010 a 2012 como fatores de desequilíbrio da relação contratual, porém, não aplicou o devido ajuste tarifário. Além disso, ficou pendente de avaliação o item de atualização do fator de redução de custos operacionais, instituído de forma provisória em 2007 e com impacto em todos os anos da Concessão, foi calculado com base nos custos ocorridos no 1º ano do contrato,

não refletindo, portanto, a realidade dos anos posteriores. Estes pontos serão tratados no próximo reequilíbrio ordinário, já evocado em outubro de 2014 e com trabalho de análise pela AMLURB ainda em curso e sem definição de prazo para conclusão. Por fim, no Termo de Compromisso Ambiental assinado em 2012, também foi reconhecido que por advir de decisões de competência de diferentes Secretarias Municipais, a dívida da Municipalidade para com a Companhia em razão de terceirização imprevista de aterro, por ela procedida no aguardo da disponibilização da área a ser desapropriada pelo Poder Concedente para implantação e operação do novo aterro sanitário municipal, deverá ser apurada apartada do documento assinado, por Comissão instituída pelo Poder Concedente. Neste momento, serão observados: deslizamento do investimento e operação do novo aterro sanitário, incluindo o deslizamento do investimento da estação de tratamento de efluentes do novo aterro sanitário e a terceirização de aterro a partir do 7º ano (2011) da Concessão até não mais o final do 11º ano (2015) conforme consta no TCA 2012, mas em período ainda a ser avaliado pelo Poder Concedente, visto que já está em curso o 14º ano (2017) de contrato e até o momento não houve definição quanto à disponibilização do terreno para implantação. É relevante ressaltar que esta Comissão foi criada em 2014 com prazo para conclusão dos trabalhos em 25 de outubro do mesmo ano, não havendo qualquer pronunciamento ou deliberação sobre o tema. O assunto está sendo discutido no âmbito do processo de reequilíbrio contratual em curso.

Neste contexto, como as obrigações contratuais ainda serão tratadas e redefinidas, não foi efetuada neste exercício uma provisão para investimentos futuros.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Receita

A receita deve ser reconhecida quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e esses benefícios possam ser confiavelmente mensurados.

O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de prestação de serviços.

Receita de serviços prestados – Resíduos

As receitas com transações relacionadas à prestação de serviços de limpeza pública, coleta, tratamento, gerenciamento e destinação final de resíduos públicos e privados, de acordo com o regime de competência, com base nos valores definidos e acordados em contrato com o Poder Concedente.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre aplicações financeiras, descontos obtidos e receita de juros sobre ativos financeiros.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos e financiamentos, débitos e descontos concedidos.

A receita de juros e a despesa de juros são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Os bens do imobilizado são reconhecidos pelo custo histórico de aquisição ou custo de construção, menos a depreciação acumulada e provisão de perda pelo valor recuperável (*impairment*).

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado.

(iv) Custos de empréstimos

Custos de empréstimos são capitalizados quando são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, ao qual juros e outros encargos são contabilizados como custo do ativo em consonância com o CPC 20 (R1) – Custos de empréstimos.

d. Contratos de concessão

(i) Características do contrato de concessão

Os bens vinculados à concessão serão reversíveis ao poder Concedente no encerramento do contrato de concessão.

Quando o Poder Concedente tiver uma obrigação de pagamento para somente parte do investimento, é reconhecido o valor de ativo financeiro pela quantia garantida pelo Concedente e o excesso que não é garantido pelo Concedente é reconhecido como ativo intangível (“modelo bifurcado”).

O valor amortizável dos bens vinculados à concessão é apropriado de forma sistemática ao longo do contrato de concessão ou de sua vida útil estimada, dos dois o menor.

e. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

(i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento

inicial. Os custos da transação são reconhecidos conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iii) Capital Social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

f. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

g. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício, com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de elaboração das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto corrente ativo e passivo é compensado somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera, ao final do exercício de elaboração das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo é compensado somente se alguns critérios forem atendidos.

4 Retificação de erro

Durante o exercício de 2017, identificou-se que o valor correspondente relacionado às rubricas de ativo e de passivo fiscal diferido não foi compensado de acordo com o requerido pelo parágrafo 74 do CPC 32 – Tributos sobre o lucro. Consequentemente, a apresentação dos impostos diferidos foi afetada de forma relevante. O erro foi corrigido pela reapresentação dos valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A tabela a seguir resume o impacto na demonstração financeira da Companhia:

a) No balanço patrimonial:

	Impactos da retificação de erros		
	Em 31 de dezembro de 2016		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Ativo			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.070	(8.392)	678
Outros	266.093	-	266.093
Total do ativo	<u>275.163</u>	<u>(8.392)</u>	<u>266.771</u>
Passivo			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.392	(8.392)	-
Outros	266.771	-	266.771
Total do passivo	<u>275.163</u>	<u>(8.392)</u>	<u>266.771</u>

5 Caixa e equivalentes de caixa

São compostos com segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa	13	13
Bancos	592	48
Aplicações financeiras	<u>372</u>	<u>1.211</u>
	<u>977</u>	<u>1.272</u>

As aplicações financeiras referem-se, principalmente, a certificados de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação média de 94,38% (96,8% em 2016) do CDI, não excedendo os seus respectivos valores de mercado, e não estão sujeitas a riscos de mudança significativa de valor.

6 Contas a receber

As contas a receber são compostos como seguem:

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Prefeitura Municipal de São Paulo:			
Valores faturados		58.599	56.871
Medição dos serviços prestados		48.275	45.822
Cientes privados:			
Valores faturados - venda de sucata		38	51
Partes relacionadas	16	124	133
PCLD		<u>(4.315)</u>	<u>(4.315)</u>
Total		<u>102.721</u>	<u>98.562</u>
Circulante		92.232	88.073
Não circulante		<u>10.489</u>	<u>10.489</u>
		<u>102.721</u>	<u>98.562</u>

A exposição ao risco de crédito da Companhia está limitado ao valor das contas a receber mencionadas acima.

O *aging list* das contas a receber é composto como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Valores a vencer	1	67
Vencidos:		
Até 30 dias	90.728	87.869
Entre 31 e 60 dias	1.334	-
Entre 91 e 180 dias	35	6
Entre 181 e 360 dias	1	4.336
Acima de 360 dias (a)	14.937	10.599
PCLD	<u>(4.315)</u>	<u>(4.315)</u>
	<u>102.721</u>	<u>98.562</u>

- (a) O saldo acima de 360 dias refere-se a serviços extracontratuais realizados à Prefeitura de São Paulo, que ocorreram nos períodos de 2007, 2009 e 2013, a Companhia não constitui provisão para crédito de liquidação duvidosa para clientes públicos tendo em vista o histórico de recebimento.

A Companhia faturou o reequilíbrio do Termo de Compromisso Ambiental - TCA de 2012, mas a Prefeitura respondeu com uma decisão do Tribunal de Contas suspendendo qualquer discussão de reequilíbrio. A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída exclusivamente para este recebimento.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída com base em análises de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação específica de cada cliente, a situação econômico-financeira ao qual pertencem, as garantias legais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos externos. A Administração julga que a provisão constituída é suficiente para cobrir possíveis perdas sobre os valores a receber.

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa é apresentada como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Saldo em 1º de janeiro	(4.315)	-
Provisões constituídas	-	(4.315)
Saldo em 31 de dezembro	(4.315)	(4.315)

7 Imposto a recuperar

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
IRPJ	970	1.277
CSLL	232	286
COFINS	1.523	1.568
PIS	331	340
INSS	1.121	86
	<u>4.177</u>	<u>3.557</u>

8 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são compostos como seguem:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Depósito recursal	817	838
Depósito em garantia	9.871	9.806
Penhora de créditos	91	90
Correção de monetária de depósitos judiciais	7.928	7.103
Compensação de depóstiso com provisões contingenciais correlatas	(5.409)	(4.931)
	<u>13.298</u>	<u>12.906</u>

9 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía registrados ativos e passivos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos relacionados com diferenças temporárias representadas por provisões não dedutíveis e lucros não realizados oriundos de valores a receber da municipalidade, conforme permitido pela Legislação do Imposto de Renda. A composição desses diferidos é como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucros não realizados sobre contas a receber de clientes públicos	(17.208)	(17.004)
Provisões de contingência	10.039	9.260
Provisão para perda de estoque	124	172
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.315	4.315
Provisão conscientização população	1.468	-
Provisão para participação nos resultados	1.984	3.331
Efeito RTT de 2014 (a)	1.344	1.412
Outros	-	508
Base total final	<u>2.066</u>	<u>1.994</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos - 34%	<u>702</u>	<u>678</u>
Provisão para o não-reconhecimento do imposto diferido sobre diferenças temporárias	<u>17</u>	<u>-</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos, líquidos	719	678
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	6.569	9.070
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(5.850)	(8.392)

(a) A ser amortizado de acordo com o prazo final da concessão conforme determina a lei nº12.973/14.

Reconciliação da taxa efetiva

A reconciliação da provisão para Imposto de Renda e contribuição social, tendo como base as alíquotas vigentes e o débito efetivo reconhecido no resultado, é como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	36.272	39.516
Alíquotas - %	<u>34%</u>	<u>34%</u>
	(12.332)	(13.435)
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre:		
Brindes e multas indedutíveis	(94)	(206)
Provisão para gratificação, bônus e doações	(90)	(136)
Participação dos resultados no exercício	(291)	(58)
Outras diferenças permanentes	117	408
Imposto de renda e contribuição social reconhecidos, líquidos	<u>(12.690)</u>	<u>(13.427)</u>
Corrente	(12.731)	(11.933)
Diferido	41	(1.494)
	<u>(12.690)</u>	<u>(13.427)</u>
Taxa efetiva	34,99%	33,98%

10 Imobilizado

O saldo é composto como segue:

	Tx Anual %	2017		2016	
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos	-	24.266	-	24.266	24.266
Benfeitorias em bens de terceiros	10%	2.633	-	2.633	-
Máquinas e equipamentos	10%	8.528	(4.421)	4.107	4.257
Veículos	20%	72.743	(36.861)	35.882	47.212
Móveis, utensílios e outros	10%	1.278	(851)	427	399
Equipamentos de informática	20%	3.387	(1.947)	1.440	790
Imobilizado em andamento	-	3.589	-	3.589	7.102
		<u>116.424</u>	<u>(44.080)</u>	<u>72.344</u>	<u>84.026</u>

As mutações do imobilizado estão demonstradas conforme segue:

	2015	Aquisição	Baixa	Transferência	2016	Aquisição	Baixa	Transferência	2017
Custo:									
Terrenos	24.266	-	-	-	24.266	-	-	-	24.266
Benfeitorias em bens de terceiros	-	-	-	-	-	-	-	2.633	2.633
Máquinas e equipamentos	6.976	-	-	-	6.976	698	(26)	880	8.528
Veículos	70.309	32.936	(28.643)	-	74.602	-	(1.859)	-	72.743
Móveis, utensílios e outros	1.175	8	(9)	-	1.174	117	(13)	-	1.278
Equipamentos de informática	2.327	190	(128)	-	2.389	1.007	(9)	-	3.387
Imobilizado em andamento	4.371	4.346	-	(1.615)	7.102	-	-	(3.513)	3.589
	<u>109.424</u>	<u>37.480</u>	<u>(28.780)</u>	<u>(1.615)</u>	<u>116.509</u>	<u>1.822</u>	<u>(1.907)</u>	<u>-</u>	<u>116.424</u>
Máquinas e equipamentos	(2.450)	(598)	329	-	(2.719)	(1.722)	20	-	(4.421)
Veículos	(45.873)	(10.159)	28.642	-	(27.390)	(11.331)	1.859	-	(36.862)
Móveis, utensílios e outros	(686)	(96)	7	-	(775)	(88)	12	-	(851)
Equipamentos de informática	(1.382)	(345)	128	-	(1.599)	(355)	8	-	(1.946)
	<u>(50.391)</u>	<u>(11.198)</u>	<u>29.106</u>	<u>-</u>	<u>(32.483)</u>	<u>(13.496)</u>	<u>1.899</u>	<u>-</u>	<u>(44.080)</u>
Imobilizado, líquido	<u>59.033</u>	<u>26.282</u>	<u>326</u>	<u>(1.615)</u>	<u>84.026</u>	<u>(11.674)</u>	<u>(8)</u>	<u>-</u>	<u>72.344</u>

Em 2016 foi efetuado a reclassificação do valor de R\$1.554 para adiantamento de fornecedores, pois os bens não foram recebidos pela Companhia, e o valor de R\$61 é uma transferência para a conta de software.

Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa (Teste de *Impairment*)

Em 2017, a Administração avaliou com base em fontes de informações externas e internas e não identificou qualquer indicação de que seus ativos estariam registrados por valor superior ao seu valor recuperável.

11 Fornecedores e outras contas a pagar

	Nota explicativa	2017	2016
Fornecedores		17.099	27.455
Partes relacionadas	16	22.800	22.494
		<u>39.899</u>	<u>49.949</u>

12 Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos e financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado.

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como seguem:

Modalidade	Juros	Vencimento	2017	2016
FINAME	Pré-fixada de 4% a.a. a 12% a.a.	De jan/2018 a jan/2020	27.677	36.667
Capital de Giro	CDI + 2,50% a.a.	De jul/2018	5.576	13.585
Leasing	Pré-fixada de 16,82% a.a. a 17,8% a.a.	De jan/2019 a jan/2021	2.748	8.257
BNDES	Pré-fixada de 3,50% a.a. a 8,40% a.a.	De dez/2021 a dez/2023	14.902	17.904
			<u>50.903</u>	<u>76.413</u>
Circulante			22.127	25.280
Não circulante			28.776	51.133
			<u>50.903</u>	<u>76.413</u>

Os montantes em longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2017	2016
2018	-	22.595
2019	12.725	12.590
2020	10.093	10.041
2021	3.869	3.817
2022	1.040	1.040
2023	1.049	1.050
	<u>28.776</u>	<u>51.133</u>

Garantias

Os empréstimos e financiamentos da Companhia, na modalidade FINAME, estão garantidos por veículos no valor contábil de R\$4.950 (R\$23.207 em 2016).

Os empréstimos e financiamentos da Companhia, na modalidade BNDES (também CEF – FINISA), estão garantidos por fiança bancária no valor de R\$16.881 (R\$30.122 em 2016). Os empréstimos e financiamentos da Companhia não possuem cláusulas restritivas de contrato (covenants).

Conciliação da movimentação dos empréstimos e financiamentos

Modalidade	Saldo Inicial	Captação	Juros	Pgto Juros	Pgto Principal	Saldo Final
BNDES	17.904	-	1.103	(1.002)	(3.103)	14.902
Leasing	8.257	-	4.204	(4.287)	(5.426)	2.748
CAPITAL DE GIRO	13.585	-	1.206	(3.821)	(5.394)	5.576
FINAME	36.667	-	652	(650)	(8.992)	27.677
Total	76.413	-	7.164	(9.759)	(22.916)	50.903

13 Debêntures

	Série	Emissão	Valor
Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA	Única	15/05/2015	50.000
Valores contábeis incluindo juros e pagamento de principais em 31 de dezembro:			
			2017 2016
Passivo circulante			12.068 12.546
Passivo não circulante			37.500 38.462
Total			49.568 51.008

Em 15 de maio de 2015, a Companhia emitiu em série única 50 debêntures simples nominativas, no valor unitário de R\$1.000, totalizando uma captação de R\$50.000. Tais debêntures são de espécie quirografária, não conversíveis em ações, com garantia adicional real fidejussória, sem emissão de cautelas ou certificados.

As debêntures foram colocadas com esforços restritos pela Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, coordenador líder da emissão.

As debêntures serão remuneradas a taxa de 100% das taxas médias diárias dos depósitos Interfinanceiros – DI, divulgado pela CETIP, acrescidas de uma sobretaxa equivalente de 2,90% ao ano.

A amortização será trimestral a partir de 15 de maio de 2017 do valor nominal unitário e consecutivas. O vencimento final da operação ocorrerá em 15 de maio de 2020.

Garantias e cláusulas restritivas (covenants)

As Debêntures são garantidas por fiança da Solvi Participações S.A. em 62,347% e Estre Ambiental S.A. em 37,653%. Cada uma das fiadoras é responsável proporcionalmente ao montante da obrigação.

O instrumento de emissão de debêntures estabelece cláusulas restritivas (covenants) que podem caracterizar evento de inadimplemento e, portanto, o vencimento antecipado das debêntures. Exige-se a observação do cumprimento do índice: IAC - Índice de Alavancagem Consolidada, que é apresentado através do cálculo de empréstimos e financiamento menos disponibilidade dividido pelo EBITDA, e o resultado deve ser inferior a 2,85. As cláusulas restritivas foram integralmente cumpridas em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Conciliação da movimentação das debêntures

	<u>Saldo Inicial</u>	<u>Captação</u>	<u>Juros</u>	<u>Pgto Juros</u>	<u>Pgto Principal</u>	<u>Saldo Final</u>
Debêntures	51.008	-	6.281	(6.721)	(1.000)	49.568

14 Salários, benefícios e encargos sociais

São compostos como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Salários	4.018	3.530
Encargos trabalhistas	3.049	1.588
Férias	10.148	9.555
Participação nos resultados	1.984	3.331
	<u>19.199</u>	<u>18.004</u>

Benefício de previdência privada

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os custos incorridos com a manutenção do plano somaram R\$32 (R\$28 em 2016), os quais foram reconhecidos diretamente no resultado.

15 Impostos, taxas e contribuições

São compostos como seguem:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
ISS sobre serviço	5.414	5.202
PIS sobre serviço	1.823	1.740
COFINS sobre serviço	8.401	8.014
Pis/COFINS/CSLL retidos	73	113
IR Fonte	414	337
Outros	480	459
	<u>16.605</u>	<u>15.865</u>

16 Partes relacionadas

a. Remuneração de pessoal-chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia creditou a seus administradores, salários, benefícios e remuneração variável no montante de R\$5.029 (R\$4.321 em 2016).

b. Outras transações com partes relacionadas

Os saldos a receber e a pagar e as transações com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 são demonstrados como seguem:

	Saldo de		Saldo de		Receitas	
	Contas a Receber		Contas a pagar		e Despesas	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Prestação Serviços Administrativos e outros:						
Solvi Participações S.A.	-	-	356	332	-	-
Instituto Solvi	119	119	371	233	-	-
Essencis Soluções Ambientais S.A.	5	4	19.518	18.843	(107.126)	(99.890)
SBC Valorização de Resíduos S.A.	-	4	-	-	-	-
Vega Engenharia Ambiental S.A.	-	-	-	271	-	(3.158)
Revita Engenharia S.A.	-	-	218	-	(3.471)	-
GLA - Gestão e Logística Ambiental S.A.	-	-	2.302	-	(13.197)	-
Inova Gestão de Resíduos Urbanos S.A.	-	6	-	1	-	-
Estre Ambiental S.A.	-	-	-	-	(1.470)	(1.768)
UTR - Unidade de Tratamento de Resíduos S.A.	-	-	-	1.760	(4.829)	(25.436)
Outros	-	-	35	-	-	-
	124	133	22.800	21.440	(130.093)	(130.252)
Reembolsos Administrativos e outros:						
Solvi Participações S.A.	-	-	-	-	(4.224)	(3.799)
	-	-	-	-	(4.224)	(3.799)
Juros sobre capital próprio						
P.N.A.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A	-	-	-	397	-	-
VVR - Vega Valorização de Resíduos S.A.	-	-	-	657	-	-
	-	-	-	1.054	-	-
Total	124	133	22.800	22.494	(134.317)	(134.051)

As contas a pagar para a Essencis Soluções Ambientais S.A. (controlada direta da Solví Participações S.A.) referem-se aos serviços operacionais referentes à disposição dos resíduos coletados pela Companhia no aterro de Caieiras, pertencente à parte relacionada.

As contas a pagar para a Unidade de Tratamento de Resíduos S.A. (controlada direta da Estre Ambiental S.A.) referem-se ao tratamento e transporte de resíduos sólidos dos serviços de saúde.

As contas a pagar para a Gestão e Logística Ambiental S.A. – GLA referem-se aos serviços operacionais de transportes de resíduos às devidas áreas de destinação.

As despesas operacionais registradas em operações junto à controladora Solví Participações S.A. referem-se a serviços corporativos e despesas compartilhadas.

As transações entre partes relacionadas incluem prestação de serviços pertinentes à atividade operacional das entidades, cujos preços e condições comerciais são estabelecidos entre as partes.

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2017 e 2016 está representado por 60.650 ações ordinárias nominativas, com valor de R\$1,00 cada e valor total de R\$60.650. Em 31 de dezembro de 2017, encontram-se integralizadas 29.416 (29.416 em 2016) ações, no valor total de R\$29.416 (R\$29.416 em 2016).

Em 30 de abril de 2016, a Companhia aprovou a integralização de capital no montante de R\$9.493 sendo R\$3.985 por meio da reversão total da reserva legal, R\$858 do reinvestimento

de dividendos declarados e não pagos do exercício de 2015 e R\$4.650 do reinvestimento dos dividendos antecipados e não pagos do exercício corrente para a integralização do capital social.

b. Reserva de lucros

(i) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Dividendos

O estatuto da Companhia estabelece a distribuição de dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido do exercício, ressalvadas as hipóteses previstas em lei, efetuada “*ad referendum*” da Assembleia Geral. Em 2017, a Companhia destinou à título de dividendos o montante de R\$5.600 (R\$20.135 em 2016).

18 Receita operacional líquida

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita bruta de serviços:		
Clientes públicos	537.879	509.287
Clientes privados	34	41
Receita de construção	9.960	19.450
Realização do ativo financeiro (a)	(19.673)	-
Total receita bruta	528.200	528.778
Impostos incidentes sobre as vendas:		
ISS	(26.894)	(25.660)
PIS	(9.024)	(8.469)
COFINS	(41.567)	(39.007)
ICMS	(15)	(1)
	<u>(77.500)</u>	<u>(73.137)</u>
Receita operacional líquida	<u>450.700</u>	<u>455.641</u>

- (a) Em 2017, houve a realização do ativo financeiro reconhecido em relação aos investimentos realizados em infraestrutura definida no contrato de concessão, quando de sua conclusão. Essa realização ocorreu mediante à compensação de valores recebidos mensalmente na composição da tarifa de prestação de serviço.

19 Custos dos serviços prestados

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Salários e encargos	(124.042)	(114.013)
Mão de obra	(148)	(43)
Aluguel	(6.159)	(6.098)
Depreciações e amortizações	(13.191)	(10.952)
Materiais aplicados nos serviços	(35.051)	(29.776)
Serviços de terceiros (a)	(159.571)	(167.757)
Provisão de outorga de ônus de concessão	(27.213)	(25.989)
Outros custos de produção	(15.761)	(12.726)
Custo de bens reversíveis	(9.960)	(19.450)
Créditos fiscais	21.541	20.554
Total	<u>(369.555)</u>	<u>(366.250)</u>

- (a) As principais naturezas em serviços de terceiros é referente a manutenção de veículos, transportes de resíduos, destinação de aterro e serviços de incineração.

20 Despesas comerciais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Patrocínio, brindes e doações	(83)	(160)
Propaganda e publicidade	(431)	(1.534)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	(4.315)
Feiras e eventos	(620)	(253)
	<u>(1.134)</u>	<u>(6.262)</u>

21 Despesas e administrativas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Remuneração direta mão de obra	(5.928)	(6.401)
INSS	(1.200)	(951)
FGTS	(308)	(220)
Benefícios	(1.058)	(766)
Depreciação e amortização	(434)	(491)
Serviços de terceiros (a)	(17.022)	(19.713)
Viagens e estadias	(45)	(45)
Tributos, seguros e contribuições	(1.944)	(1.674)
Outros	(344)	(465)
	<u>(28.283)</u>	<u>(30.726)</u>

- (a) Refere-se principalmente a despesas compartilhadas no valor de R\$3.799, consultoria administrativa-financeira no valor de R\$6.292, serviços de gestão e planejamento no valor de R\$3.158, assessoria técnica no valor de R\$1.001 e serviços de informática no valor de R\$1.718.

22 Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receitas eventuais	9	305
Despesas e provisão contingenciais	(2.790)	(943)
Resultado venda de imobilizado	183	2.996
Patrocínio	(223)	(254)
Multa contratual	(1.327)	(12)
Outras despesas e receitas	(258)	(377)
	<u>(4.406)</u>	<u>1.715</u>

23 Receitas e despesas financeiras

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.316	2.770
Juros recebidos e descontos obtidos	771	719
Variação monetária	-	2
Correção de depósitos judiciais	825	1.277
	<u>2.912</u>	<u>4.768</u>
Despesas financeiras:		
Despesas bancárias	(388)	(891)
Despesas com juros e descontos concedidos	(90)	(8)
Despesas multas e moras financeiras	(22)	(15)
Tributos sobre movimentações financeiras	(15)	(74)
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(13.447)	(18.382)
	<u>(13.962)</u>	<u>(19.370)</u>
Total de despesas financeiras, líquidas	<u>(11.050)</u>	<u>(14.602)</u>

24 Cobertura de seguros

Durante o período de concessão, compete à Concessionária manter as seguintes coberturas de seguros, conforme prazos previstos: seguro de danos materiais para danos relativos à propriedade, que cobre todos os bens que integram a concessão e seguro de responsabilidade civil, cobrindo a Concessionária e o Poder Concedente pelos montantes que possam ser responsabilizados a título de danos, indenizações, custas processuais e outros resultantes do desenvolvimento das atividades pertinentes à concessão. As apólices contratadas pela Companhia oferecem as seguintes coberturas:

- Lucros cessantes: R\$284;
- Seguro patrimonial: R\$37.159 e
- Responsabilidade civil: R\$10.000.

25 Contrato de concessão

Através do Contrato de Concessão a Companhia presta serviços divisíveis de limpeza urbana na região noroeste da cidade de São Paulo/SP, sendo o período de concessão de 20 anos a partir de outubro de 2004, renovável por mais de 20 anos e tem reajuste anual da tarifa com base em fórmula paramétrica estipulada em contrato e composta de diversos índices do setor. A cada 5 anos o contrato prevê a realização de revisão ordinária das tarifas praticadas de modo a manter sua fidelização à equação econômico-financeira inicial do Contrato.

Terrenos, estruturas e construções bem como todos os contêineres utilizados para a execução do objeto da concessão são bens reversíveis e os demais ativos poderão ser revertidos conforme

repactuação contratual. As principais obrigações contratuais são modernização do transbordo Ponte Pequena; construção de novo transbordo; implantação de aterro sanitário e estação de tratamento de efluentes; construção de usina de compostagem; construção de centrais de triagem; construção de central de tratamento de resíduos de serviços de saúde; implantação de coleta mecanizada; encerramento do aterro sanitário Bandeirantes; revegetação do aterro sanitário Vila Albertina e renovação de frota de veículos a cada 5 anos.

a. Ativo financeiro

A Companhia reconhece um ativo financeiro à medida que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelo serviço de construção. O concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento.

A receita reconhecida com relação à construção em 2017 representa o valor justo do serviço prestado na construção da infraestrutura para prestação dos serviços. A receita, custo e lucro bruto no contrato de concessão em 2017 são como seguem:

Receita de Construção	Custo de Construção	Lucro Bruto	Margem de lucro
9.960	(9.960)	-	0%

A Companhia registrou ativos financeiros conforme detalhamento abaixo:

	2017	2016
Transbordo	14.226	16.051
Edificações	324	324
Benfeitorias	1.520	1.520
Conteineres	7.604	8.303
Centros de Triagem	7.946	9.116
RSSS Un.Tratamento	14.670	20.977
Tr.Anhanguera	2.878	2.591
Col.Mecanizada	71	71
Total	49.239	58.953
Circulante	5.824	3.326
Não circulante	43.415	55.627

O ativo financeiro no montante de R\$49.239 (R\$58.953 em 2016) refere-se à infraestrutura que vem sendo construída ou adquirida pela Companhia e que será reversível ao Poder concedente, ao término do contrato de concessão. Conforme contrato, a Companhia vem sendo remunerada por esses investimentos.
